Sumário

Agradecimentos 5

Prefácio 9

Lista de abreviaturas e siglas 13

Reflexão autoral 15

Introdução 23

Capítulo I 27

1. Método da Arqueologia Jurídico-Documental da Controvérsia Constitucional (AJDCC) 27
2. Identificação das principais alegações do caso objeto da pesquisa 33
3. Investigação sobre a consulta aos povos indígenas, na obra de interligação de Roraima ao Sistema Nacional de Distribuição de Energia Elétrica, ter sido prévia, de forma livre e informada 37
   - 3.1. Principais fatos e fundamentações apresentadas nas contestações das promovidas 62
   - 3.2. Principais fatos e fundamentações apresentados pelo Ministério Público Federal na réplica às contestações das partes promovidas 80
4. Principais fatos, fundamentações e o comando do dispositivo da sentença 87
5. Incidente processual no tocante aos efeitos da sentença, tendo em vista a suspensão da liminar determinada pelo presidente do TRF-1 91
6. Principais fatos e argumentos apresentados pelas demandadas em suas apelações 95
7. Fatos relevantes após os autos serem recebidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) 105
   - 7.1. A relevância do Plano Básico Ambiental (PBA) e do Componente Indígena do Plano Básico Ambiental (CI-PBA) no diálogo sobre a consulta às comunidades indígenas impactadas 114
8. Principais argumentos apresentados nas sustentações orais 119
9. Principais fundamentos do voto do relator e dos dois votos divergentes 130

9.1. Principais fundamentos do voto do relator 130

9.2. Principais fundamentos do voto-vogal de abertura de divergência proferido pelo Desembargador Federal Carlos Pires Brandão 142

9.3. Questão de ordem suscitada pelo relator, Desembargador Federal Souza Prudente: suposta omissão no voto do Desembargador Federal Carlos Pires Brandão 147

10. Fundamentos essenciais do voto da Desembargadora Federal Daniele Maranhão: acompanhamento do voto divergente 148

11. Proposta de acordo judicial: análise crítica e estrutural – contextualização do caso e diálogo com a comunidade indígena 151

11.1. Análise crítica e reflexiva da proposta de compensação dos Waimiri Atroari: um estudo sobre a Licença de Instalação (LI) nº 1400/2021 ... 156

11.2. Decisão homologatória do acordo judicial nas Ações Civis Públicas nº 0018408-23.2013.4.01.3200 e nº 0018032-66.2015.4.01.3200: conteúdo, natureza e cumprimento das obrigações 159

11.2.1. A decisão homologatória e seus efeitos processuais 159

11.2.2. O contexto que tornou possível a autocomposição 160

11.2.3. Objeto central do acordo 160

11.2.4. Obrigações assumidas pela Transnorte Energia S.A. 161

11.2.5. Compensação financeira pelos impactos irreversíveis 162

11.2.6. Participação financeira da União e o Programa Pró-Amazônia Legal 163

11.2.7. Obrigação de execução dos programas do PBA-CI 163

11.2.8. Conselho gestor e fiscalização comunitária 164

11.2.9. Cumprimento financeiro demonstrado até julho de 2026 ... 165

11.2.10. A posição da Associação Comunidade Waimiri Atroari ... 165

11.2.11. A atuação do Ministério Público Federal no cumprimento .. 166

11.2.12. Calendário processual e controvérsia sobre o arquivamento provisório 166

11.2.13. Avaliação arqueológico-documental do cumprimento 167

11.2.14. Conclusões sobre o acordo e seu cumprimento 168

Capítulo II 171

12. Razões para a inclusão do estudo complementar sobre o Projeto de Mineração de Potássio em Autazes: aplicação do Método da Arqueologia Jurídico-Documental da Controvérsia Constitucional (AJDCC) à Ação Civil Pública nº 0019192-92.2016.4.01.3200 171

12.1. Justificativa científica da inclusão do estudo complementar 171

12.2. Relevância estratégica do empreendimento e segurança alimentar ... 172

12.3. Delimitação dos objetivos da investigação 174

12.4. A aplicação do Método da Arqueologia Jurídico-Documental da Controvérsia Constitucional 175

12.4.1. Os documentos aparentemente secundários 177

12.4.2. O tempo processual e o risco do fato consumado 178

12.5. As posições institucionais documentadas nos autos 178

12.5.1. Ministério Público Federal 178

12.5.2. Organização de Lideranças Indígenas Mura de Careiro da Várzea 179

12.5.3. Comunidade Indígena do Lago do Soares 179

12.5.4. Estado do Amazonas 180

12.5.5. Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas 180

12.5.6. Potássio do Brasil Ltda. 181

12.5.7. Fundação Nacional dos Povos Indígenas 181

12.6. Consulta prévia: procedimento formal ou espaço de construção compartilhada? 182

12.7. A Lei nº 15.042/2024 e a nova racionalidade ambiental 186

12.8. Desenvolvimento, envolvimento e planejamento estratégico intercultural 188

12.9. Compensações permanentes, participação nos benefícios e autonomia 192

12.10. Avanços e permanências institucionais identificados 194

12.11. O diálogo com o caso da Interligação de Roraima ao Sistema Nacional de Energia Elétrica 195

12.12. Conclusões 196

Capítulo III 199

13. Assimetria institucional como categoria jurídico-constitucional: teoria, fundamentos, pressupostos e aplicações à luz do método da arqueologia jurídico-documental da controvérsia constitucional 199

13.1. Origem da categoria jurídico-constitucional da assimetria institucional 199

13.2. Fundamentos constitucionais da categoria da assimetria institucional 201

13.3. Pressupostos de caracterização da assimetria institucional 203

13.4. Modalidades da assimetria institucional 205

13.5. Assimetria institucional no Poder Judiciário e os mecanismos constitucionais de uniformização 207

13.6. Aplicações da categoria da assimetria institucional 209

13.7. A experiência empírica e a formulação da categoria 210

13.8. Considerações finais 211

Considerações finais 213

Referências 217